

Orçamento, retrato do Brasil

Lorde Keynes, ao admitir que com um déficit público podia obter uma recuperação econômica, jamais teria imaginado que países afligidos por inflação crônica, criada por desgovernos, pudessem invalidar totalmente tal instrumento. Certamente, não mais defenderia sua teoria se, voltando ao mundo dos vivos, visitasse hoje o Brasil. A equipe econômica teve de apresentar ao Congresso, para o exercício de 1992, um Orçamento totalmente austero, partindo da triste verificação de que não experimentaremos no próximo ano nenhum crescimento, o que também ocorrerá com a massa dos salários. Cumpre acrescentar que o texto enviado ao Congresso inclui apenas a administração central e o orçamento da Seguridade Social. O das empresas estatais limita-se a um orçamento dos investimentos previstos, quando se sabe hoje que é nessas empresas que se encontra a maior fonte do déficit público.

Numa economia como a nossa, a elaboração do Orçamento torna-se mero exercício de imaginação. O projeto da Lei de Meios foi elaborado a preços de abril de 1991. Já se sabe que os valores nela incluídos constituem apenas pontos de referência que já perderam sua significação. O Orçamento deve apresentar equilíbrio, isto é, subordinar os gastos às receitas esperadas. Para tanto, cumpre partir de uma hipótese em relação ao crescimento econômico e à distribuição da "riqueza" (a palavra exata seria miséria) nacional. Consciente da sua incapacidade de

criar as condições necessárias a uma retomada do desenvolvimento, o governo partiu do pressuposto de que não teremos nenhum crescimento em 1992, o que significa que, no terceiro ano consecutivo, ocorrerá queda do PIB per capita, ou seja, um empobrecimento ainda maior.

Ao fazer tal opção, o Planalto reconhece que o seu Emendão não tem nenhuma chance de ser aprovado, que a reforma tributária não será aceita e não devemos contar com a ajuda externa para ampliar nossos investimentos. Não se trata de uma perspectiva suscetível de criar entusiasmo entre os agentes econômicos, mas reflete, nitidamente, a inexistência de qualquer projeto que nos permita sair do pauperismo.

Isso dito, cumpre reconhecer que o governo está acorrentado ao sistema monstruoso que montamos ao longo dos anos. Em 1970, nada menos de 71,6% das receitas eram disponíveis, 16,3% vinculadas e 12,1% obrigatoriamente transferidas. Já no orçamento do próximo ano se verifica que do total das receitas apenas 19,1% ficam à disposição do governo central, 66,5% estão vinculadas e 14,1% representam meras transferências. A grande pergunta é saber se todos os gastos vinculados — frutos de um corporativismo e de um falso regionalismo — se justificam hoje. Quando o Executivo somente pode dispor de

19,4% das receitas, é fácil admitir que o Orçamento perdeu toda significação como instrumento da política econômica e, mais ainda, da política social. Nessas condições, como chegar a essa modernidade tão preconizada nos discursos presidenciais?

Convém acrescentar que será sobre esses 19,4% disponíveis que se exercerá o poder discriminatório dos nossos congressistas. Não podem criar novos gastos, mas lhes é permitido transferir verbas de um setor para outro. Pode-se imaginar o quanto esse Orçamento da miséria poderá sair desfigurado da discussão parlamentar aberta a todos os tipos de demagogia. Às alianças espúrias, às barganhas regionalistas.

O Orçamento apresentado requer equilíbrio. Diante do buraco que se observou depois da determinação de todos os cortes possíveis, o governo pensou em cobrar Cr\$ 1,6 trilhão, que corresponde a 20% do total da dívida ativa da União, a preços de abril. Trata-se de receita muito aleatória, acumulada ao longo dos anos. Se a Procuradoria da Fazenda não tiver êxito em sua cobrança, mais cortes serão impostos num Orçamento já apertado e intocável com relação à folha de pagamento. Nada nos permite pensar, quanto aos gastos, que as despesas da rolagem da dívida interna serão

aquelas previstas. Com efeito, à luz da atual taxa de juros fixada pelo governo, podemos ficar preocupados quanto ao custo do serviço da dívida, que pode voltar a constituir o mais oneroso item dos gastos correntes.

Estamos adotando uma atitude passiva, mesmo um certo fatalismo, diante dos gastos e das receitas do setor público. Fugimos a um debate em que os fatos poderão nos impor, daqui a alguns meses, de um lado, a miséria da Nação e, de outro, a paralisia da máquina administrativa. Cumpriria ao presidente da República ter a coragem de expor claramente a situação ao País. Teria de esclarecer que, aceitando a situação atual, estamos condenando o País a ingressar no Quarto Mundo. Falta ao Brasil um projeto em que se defina claramente o que pretendemos, para depois mostrar o que deverá ser feito.

A discussão orçamentária deu origem à democracia no mundo. No Brasil se transformou numa liturgia em que o ritualismo oculta a realidade profunda da nossa situação. O Congresso está apenas interessado em verificar o que pode mudar no interesse dos seus integrantes, numa peça orçamentária irreal. Estamos olhando apenas as árvores, esquecendo a floresta que nos circunda. Quando o Brasil poderá dispor, como os outros países, de um documento em que se justifiquem as opções orçamentárias no quadro de uma visão global da economia que almejamos construir?